



DECRETO Nº 29

de 02 de maio de 2007

REGULAMENTA A LEI Nº 1295/2007, QUE CRIOU O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDES DO MUNICÍPIO DE JARDIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Jardim - Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o que dispõe o artigo 76, da Lei Orgânica do Município. DECRETA:

Capítulo I.

Das Disposições Gerais

Art. 1º..

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação Básica, criada pela Lei Municipal nº 1295/2007 de 01 de março de 2007, obedecerá as normas estabelecidas neste Decreto, observadas as disposições legais.

Capítulo II.

Dos Objetivos

Art. 2º..

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, vinculado a Gerência de Educação tem por finalidade, apoiar financeiramente os programas e projetos que garantam o desenvolvimento da Educação Infantil; do Ensino Fundamental e a valorização do magistério no município de Jardim-MS.

Capítulo III.

Da Administração

Art. 3º..

A administração dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB compreende:

I.

Realização de despesas correntes e de capital necessários ao atendimento das ações e serviços públicos de atendimento à Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

II.

Priorização das ações e serviços educacionais, realizados com recursos transferidos pelo município.

Capítulo IV.

Da Gerência

Art. 4º..

O Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, do Município de Jardim será gerido pelo Prefeito Municipal, em conjunto com o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, composto por:

A.

um representante da Gerência de Educação;

B.

um representante dos professores das escolas públicas municipais;

C.

um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

D.

um representante dos servidores técnicos-administrativos das escolas públicas municipais;

E.

dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;

F.

dois representantes dos estudantes da educação básica pública e

G.

um representante do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. .

Todos os membros do Conselho, salvo o representante da Gerência de Educação, serão indicados pelos seus pares ao Sr. Prefeito Municipal, que os designará para as funções, para um mandato de 02 (dois) anos vedada a recondução para um mandato subsequente e não recebendo remuneração, sendo este trabalho considerado serviço público relevante.

Capítulo V.

Dos Recursos

Art. 5º..

Constituem receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, 20% (vinte por cento) das seguintes fontes: FPM; ICMS; IPI Exportação; ITCMD; IP VA; FPE.

Capítulo VI.

Dos Ativos do Fundo

Art. 6º..

Constituem ativos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação:

I.

Disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas específicas.

II.

Bens móveis e imóveis que forem destinados a área de Educação Infantil e Ensino Fundamental no Município.

III.

Bens móveis e imóveis doados sem ônus, destinados à Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município.

Parágrafo único. .

Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculado do Fundo.

Capítulo VII.

Dos Passivos do Fundo

Art. 7º..

Constituem passivos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, as obrigações de qualquer natureza que proventura o município venha a assumir para a manutenção e o desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino.

Capítulo VII.

Dos Passivos do Fundo

Art. 7º..

Constituem passivos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, as obrigações de qualquer natureza que proventura o município venha a assumir para a manutenção e o desenvolvimento da Educação Inafantil e do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino.

Capítulo VIII.

Do Orçamento

Art. 8º..

O orçamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação, evidenciará as políticas e o Programa de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, integrará o orçamento do município e observará, na sua elaboração e na execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinentes.

Seção II.

Da Contabilidade

Art. 9º..

A contabilidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, tem por objetivo evidenciar a situação financeira e orçamentária do sistema municipal de Ensino, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 10.

A contabilidade será organizado de forma a permitir o exercício de suas funções e controle prévio, concomitante, e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços e conseqüentemente de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11.

A contabilidade emitirá os balancetes mensais de receitas e de despesas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

1º

As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade do município.

Capítulo IX.

Da Execução Orçamentária

Seção I.

Da Despesa

Art. 12.

Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

1º

Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias, poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais autorizados por Lei e abertos por Decreto Executivo.

Art. 13.

O Prefeito Municipal, juntamente com o Gerente de Finanças, serão os responsáveis pela assinatura dos cheques, bem como ordenar empenhos e pagamentos das despesas do fundo.

Art. 14.

As despesas do Fundo, se constituirá de:

a).

Aperfeiçoamento de pessoal docente e outros profissionais da educação;

b). *Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;*

c).

Aquisição de materiais e contratação de serviços necessários do ensino;

d).

Levantamento estatísticos estudos e pesquisas visando a qualidade e a expansão do ensino;

e).

Realização de atividades meio necessários ao funcionamento do ensino;

f).

Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicos e privadas;

g).

Amortização e custeio de operações de crédito destinados a atender investimentos em educação;

h).

Aquisição material didático escolar e manutenção de transporte escolar;

i).

Aquisição de veículos escolares para o transporte de alunos da educação básica da zona rural e remuneração dos motoristas.

Seção II.

Das Receitas

Art. 15.

A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinados neste Decreto.

Capítulo X.

Das Disposições Finais

Art. 16.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB de Jardim será fiscalizado, internamente pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Jardim-MS e na conformidade da Lei, pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 17.

As Receitas do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Jardim-MS, serão depositados e movimentados em conta especial no Banco do Brasil S/A Agência de Jardim-MS.

Art. 18.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EM, 02 DE MAIO DE 2007.

EVANDRO ANTONIO BAZZOPREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 29/2007 - 02 de maio de 2007

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em